

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (em milhares de reais)

Em 28 de março de 2010, celebramos 75 anos. Segundo avaliação do instituto de pesquisa BrandAnalytics, a marca Drogasil foi classificada na 39ª posição dentre as cinquenta marcas mais valiosas do Brasil. Inauguramos 57 novas lojas, atingimos um total de 338 lojas em operação, distribuídas por 88 municípios no País. Iniciamos a operação em mais um Estado do Brasil, Rio de Janeiro, completando nossa presença em seis unidades da Federação. A expansão da rede de lojas Drogasil representou um crescimento de 20,1% sobre o exercício de 2009. Atingimos uma receita bruta de vendas de R\$ 2.089.002, que representou um crescimento de 16,8% sobre o período de 2009.

Em 2010, iniciamos as operações do segundo centro de distribuição em Contagem, Minas Gerais. Completamos ao final de setembro de 2010, a modificação de "lay-out" de nossa rede de lojas em conformidade com determinações da ANVISA, para dispensação de medicamentos isentos de prescrição.

Em 28/09/2010, realizamos o block-trade na BM&F bovespa de 3.106.012 ações relativas ao programa de recompra de ações efetuado em 2008. Em 17/11/2010, iniciamos o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio apropriados durante o próprio exercício, os JSCP apropriados no primeiro e segundo trimestre foram creditados em 01/12/2010. Em 14 de Dezembro de 2010, realizamos mais uma apropriação de JSCP de R\$ 8.150, o que totalizou no exercício de 2010 o equivalente de R\$ 25.550, incremento de 24,8% sobre 2009. Em 17 de Dezembro de 2010, em deliberação de AGE, realizamos o desdobramento das ações ON da Drogasil na proporção de 1:3, o que contribuiu ainda mais para a liquidez e crescimento do número de negócios do papel na bolsa.

Encerramos 2010, com crescimento no Lucro Líquido de 19,3% e mantendo um retorno sobre vendas de 4,3%. A geração de EBITDA apresentou crescimento de 21,0% sobre o ano de 2009, expansão de margem para 6,9% da Receita bruta de vendas, totalizando R\$ 143.521. Além do resultado alcançado, devemos registrar que o Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de janeiro de 2008 deliberou a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e, em reunião de 27 de setembro de 2010, aprovou a sua alienação, resultando em R\$ 86.236 (alienação R\$ 125.510 e custo de aquisição R\$ 39.274), que foram levados à Reserva de Capital.

Finalmente, dentro de uma série de reconhecimentos, a Drogasil mais uma vez foi agraciada com o prêmio ABRASCA de criação de valor ao acionista - destaque setorial - varejo e atacado, edição 2010, bem como o prêmio IRMagazine Awards, edição 2010, na categoria "maior evolução em relação com investidores - categoria small e mid cap". A Drogasil encerrou o exercício de 2010, com 338 lojas em operação, uma superfície total de vendas de 44.779 m², 1.116 farmacêuticos e um total de 7.560 funcionários.

Lojas

Inauguramos 57 novas lojas em 2010 (28 lojas em 2009) com adição líquida de 55 lojas (adição líquida de 27 lojas em 2009). Encerramos uma operação de loja em São Paulo e consolidamos o serviço de entrega fone farmácia ("delivery") à operação de uma de nossas lojas.



Ao final de 2010, a Drogasil operava em 88 municípios do Brasil (78 em 2009), com lojas localizadas em seis unidades da federação (cinco em 2009), assim distribuídas: 209 lojas no Estado de São Paulo, 27 em Minas Gerais, 52 no Distrito Federal, 31 em Goiás, 13 no Espírito Santo e 6 no Rio de Janeiro, totalizando 338 lojas.



Quantidade de Lojas:

DF	52
ES	13
GO	31
MG	27
RJ	06
SP	209
Total	338

Em 2010, 54 lojas foram reformadas (2009 = 62 lojas). Com o intuito de adaptarmos nossa rede de lojas às exigências determinadas pela Anvisa RDC nº44 toda a rede de lojas Drogasil teve o lay-out reformulado, colocando os medicamentos isentos de prescrição(MIP) atrás do balcão para serem dispensados ao consumidor.

No ano de 2010 inauguramos 15 lojas em São Paulo, 9 lojas em Goiás, 1 no Espírito Santo, 26 em Brasília (DF) e 6 no Rio de Janeiro.

A partir de 2010 a Drogasil passou a operar dois centros de distribuição, um localizado em sua sede em São Paulo (SP) e outro localizado em Contagem (MG).

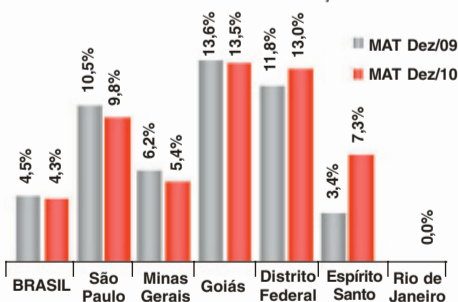
Expandimos nossa rede de lojas em 20,1%, com um crescimento da Receita Bruta de vendas de 16,8% sobre o exercício de 2009. Em 2010, a superfície de vendas apresentou crescimento de 17,9%, totalizando 44.779 m².

Encerramos o ano de 2010 com 7.560 funcionários, dos quais 6.552 alocados na operação de loja. Isto representou uma adição de 23,8% sobre o quadro de funcionários de 2009. Encerramos o ano de 2010 com 1.116 farmacêuticos (2009=910), o que representa uma proporção de 3,3 farmacêuticos para cada loja Drogasil.

Desempenho Mercado

De acordo com o Instituto IMS HEALTH, em seu relatório de distribuição (RD) e análise base 12 meses Dezembro10/Dezembro09("match"), a Drogasil encerrou 2010 com participação de 4,3% no mercado de medicamentos à nível nacional(critério: valores em reais). A participação de mercado nos estados em que atuamos foi respectivamente: 9,8% no Estado de São Paulo(209 lojas); 5,4% no Estado de Minas Gerais(27 lojas);13,5% no estado de Goiás(31 lojas); 13,0% no Distrito Federal(52 lojas); 7,3% no Espírito Santo(13 lojas). A partir de 27 de outubro de 2010, iniciamos a operação no Estado do Rio de Janeiro com 6 lojas.

Participação no Mercado de Medicamentos
Fonte: IMS Health - Relatório de Distribuição - RD

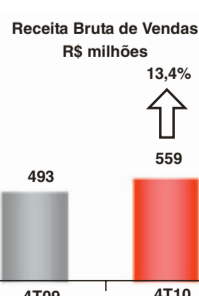


Segundo a ABRAFARMA, o desempenho do varejo de medicamentos no Brasil em 2010 apresentou crescimento de 16,9%(critério Reais) e 20,9% para o segmento não medicamentos.

Receita de Vendas

O comparativo 2010s2009, mostrou crescimento de 16,8%. Contribuíram para o desempenho de vendas da Drogasil os seguintes fatores:

- O crescimento de vendas mesmas lojas de 11,0% em 2010.
- As lojas em maturação entre 1 ano e 3 anos de funcionamento (70 lojas ao final de 2010) apresentaram crescimento de 34,1%.
- Crescimento do ticket médio em 6,6% e números de cupons emitidos em 9,5% no ano de 2010.
- Crescimento de 1,40% do segmento não medicamentos na composição de vendas, atingindo 28,7% de participação.



A taxa de crescimento de vendas mesmas lojas apresentada no ano de 2010, reflete uma contribuição menor de crescimento em vendas das lojas em maturação. Em 2010, representavam 70 lojas (2009=76 lojas) com taxa de crescimento de 34,1% (em 2009=82,5%).

Em 2010, a Receita Bruta de Vendas apresentou crescimento de 16,8% ou R\$ 301.229, totalizando R\$ 2.089.002.

Em 2010, a Receita Líquida de Vendas apresentou crescimento de 16,5% ou R\$ 284.668, totalizando R\$ 2.005.216.

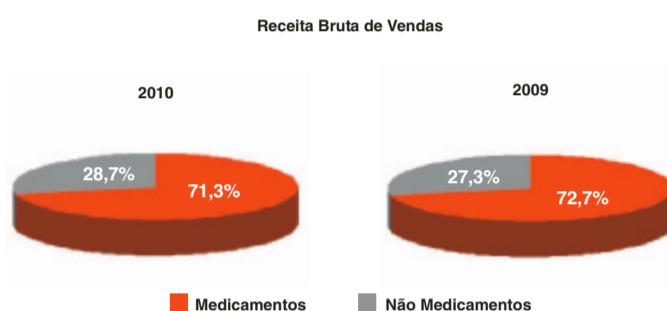
O crescimento de vendas de R\$ 301.229 em 2010 foi obtido pela soma da contribuição vendas mesmas lojas (281 lojas) no valor de R\$ 197.399 e R\$ 103.830 provenientes de novas lojas. Em 2010, apresentamos crescimento do número de transações de 9,5% e incremento no valor do ticket médio de 6,6%. Ressalte-se que 54,8% das vendas foram realizadas em pagamento a vista (55,1% em 2009).

Do total da receita bruta de 2010, 71,3% foram originados pela venda de medicamentos e 28,7% por não medicamentos. Nota-se um crescimento do segmento não medicamentos na composição da Receita Bruta de Vendas, representando evolução de 1,40% na participação para o período comparado. A venda de medicamentos representou R\$ 1.488.650 e a venda de não medicamentos representou R\$ 600.352.

Apresentamos o crescimento de vendas, no critério moeda local, em todos os segmentos de medicamentos na Drogasil:

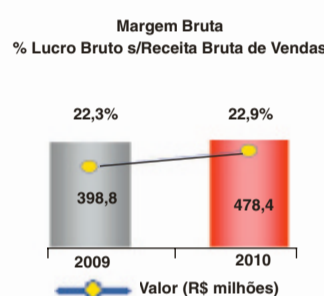
- Em 2010, as vendas de medicamentos genéricos na Drogasil representaram R\$ 206.942 (crescimento de 13,4%).
- Em 2010, as vendas de medicamentos isentos de prescrição (OTC) representaram R\$247.608 (crescimento de 11,5%).
- Em 2010, as vendas de medicamentos de marca, representaram R\$ 1.034.100 (crescimento de 15,6%).

Quadro resumo do desempenho Drogasil em vendas:



Lucro Bruto

Em 2010, a margem bruta representou 22,9%, expansão de 0,60% em relação a 2009, evolução de R\$ 79.548. Neste ano, o segmento de não medicamentos cresceu 1,40% na composição da receita bruta no período. Encerramos o exercício com o nível de estoques (critério unidades) em 57 dias(2009=51 dias). Os preços de medicamentos foram reajustados ponderadamente em 4,6% em 2010, percentual inferior a 2009. O que ressalta a eficiência em compras e política comercial da Drogasil.



Despesas e Receitas Operacionais

Despesas com Vendas

Em 2010, as despesas com vendas apresentaram um incremento de R\$ 66.569(crescimento de 26,5%), totalizando R\$ 317.663. Leve-se em consideração que em 2010, inauguramos 57 novas lojas, expansão de 20,1% sobre a quantidade de lojas de 2009(283 lojas).



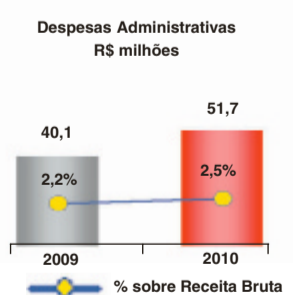
O crescimento das despesas com vendas foi devido à:

- Em 2010, incremento das despesas com pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 39.024 (crescimento de 27,1% sobre 2009), contribuíram para elevação desta despesa: a inauguração de 57 novas lojas, inauguração da nova central de distribuição em Contagem (MG) e adoção do percentual de 6,4% para o reajuste salarial.
- Incremento das despesas com alugueis e condomínios com evolução de R\$ 9.576 ou 24,9% totalizando R\$ 47.925 em 2010.
- Prestadores de serviços com elevação de R\$ 4.120 ou 50,2%, totalizando R\$ 12.328 em 2010.
- Transporte/estadia com elevação de R\$ 1.581 ou 37,2%, totalizando R\$ 5.828 em 2010.

Despesas Administrativas

Em 2010, as despesas gerais e administrativas apresentaram elevação de R\$ 11.641 ou 29,1%, totalizando R\$ 51.694. Contribuíram para este desempenho:

- Em 2010, as despesas com pessoal e encargos representaram incremento de R\$ 5.756 ou 24,5%, totalizando R\$ 29.233. O quadro de pessoal da administração tem incremento de 29,3% sobre o ano anterior.
- Prestadores de serviços, incremento de R\$ 2.273 ou 28,1%, totalizando R\$ 10.361 em 2010.
- Despesas com condução e estada originada pela montagem de lojas e centro de distribuição, incremento de R\$ 1.246 ou 79,3%, totalizando R\$ 2.818 em 2010.



No comparativo com a Receita Bruta de vendas em 2010, verificamos a elevação das despesas administrativas em 0,3%.

Receitas Financeiras

No 4T10, as Receitas Financeiras elevaram-se em 81,2% ou R\$ 2.540, totalizando R\$ 5.669. Realizamos um block-trade de 3.106.012 ações na BM&FBovespa no dia 28/09/2010, cuja liquidação financeira deu-se no dia 01/10/2010. Em 2010, as receitas financeiras elevaram-se em 6,3% ou R\$ 841, totalizando R\$ 14.115. Este incremento de receita financeira foi decorrência dos seguintes fatores:

- Posição de aplicações financeiras no quarto trimestre de 2010, com saldo médio de R\$ 199.325 No quarto trimestre de 2009, o saldo médio foi de R\$ 126.398.
- Investimentos em imobilizado e intangíveis de R\$ 101.577 em 2010(2009=R\$ 49.531)
- Amortização de juros e financiamentos de Longo Prazo de R\$ 21.650 em 2010(2009=R\$ 15.682). A Drogasil encerrou 2010 com caixa líquido de R\$ 147.573, com participação de Financiamentos/ Patrimônio líquido de 8,1% (9,2% em 2009). Do total de Financiamentos, 58,1% são recursos de longo prazo captados junto ao BNDES (2009=54,2%). Encerramos 2010, com uma captação de recursos BNDES de Longo Prazo no total de R\$ 28.543. Cabe destacar que não possuímos operações de derivativos em nossas aplicações financeiras e os investimentos são realizados em títulos atrelados a remuneração da taxa do CDI. Patrimônio líquido de encerramento de 2010 em R\$ 598.617 e valor de capitalização em bolsa de R\$ 2.531.745.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras em 2010 registraram incremento de R\$ 656 ou 13,5% totalizando R\$ 5.515. Em 2010 a Drogasil encerrou o ano com o resultado financeiro líquido positivo de R\$ 8.600.

Outras Receitas Operacionais

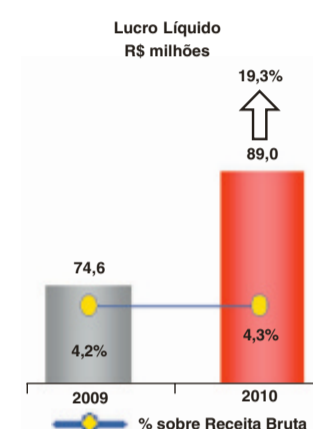
Em 2010, as outras receitas operacionais totalizaram R\$ 48.263 (2,3% das vendas brutas), apresentando uma elevação de 50,7% ou R\$ 16.239. Contribuíram para este resultado, verbas promocionais e locação de espaço em lojas, com uma variação de R\$ 9.996 ou 57,5%, totalizando R\$ 27.376 (1,3% das vendas brutas)

Outras Despesas Operacionais

Em 2010, outras despesas operacionais totalizaram R\$ 6.157, incremento de R\$ 1.186 ou 23,9%. Principais fatores que contribuíram para esta elevação:
I. Taxas de IPTU e outras taxas, incremento de R\$ 849 ou 41,2%, totalizando R\$ 2.905. Ressalte-se que no comparativo para 2010, o resultado de outras receitas/despesas operacionais líquido é positivo em R\$ 42.106 (2,0% das vendas brutas).

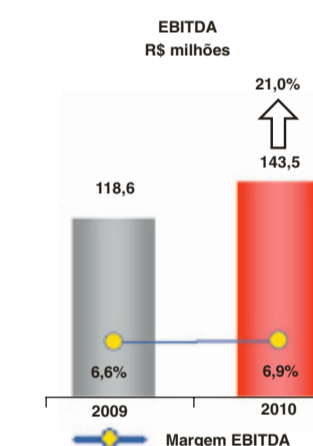
Lucro Líquido

No ano de 2010, registramos um Lucro Líquido de R\$ 89.015 (Lucro por ação básico=R\$ 0,49533), incremento de R\$ 14.425 ou 19,3% em relação a 2009. Em 20/12/2010, realizamos o desdobramento das ações ordinárias da Drogasil na proporção de 1:3 ações ordinárias, ou seja, para cada ação existente foram adicionadas duas novas ações. Ao final de 2010, o saldo de recompra de ações totalizava 783.372 ações e o capital social expresso em 188.320mil ações (2009=62.773mil ações). No comparativo 2010s2009, a DROGASIL registrou crescimento no retorno sobre vendas, tendo alcançado o percentual de 4,3% das vendas brutas. Em 2010, provisionamos juros sobre capital próprio (JSCP) de R\$ 25.550 (2009: R\$ 20.472), crescimento de 24,8%. A adoção dos JSCP resultou numa taxa efetiva de provisão de imposto de renda de 26,3% (em 2009=29,1%). Os JSCP e dividendos propostos representaram um pay-out (Dividendo/Líquido) de 33,4% em 2010. Ressalte-se que o Lucro Líquido de 2010 apresentou crescimento de 19,3% considerado uma expansão da rede de lojas Drogasil de 20,1%. O retorno sobre vendas brutas teve crescimento de 0,10% no período.



EBITDA¹

Em 2010, o EBITDA apresentou uma evolução de 21,0% ou R\$ 24.946, totalizando R\$ 143.521. A margem EBITDA apresentou resultado de 6,9% das vendas brutas (7,1% da receita líquida de vendas), incremento de 0,3% em relação a 2009. Deve-se também considerar que o EBITDA gerado pela Drogasil em 2010, contemplou a expansão da rede de lojas em 57 novas lojas (recorde histórico), estruturação e início de operação do segundo centro de distribuição em Contagem (MG) e mudanças de lay-out das lojas para conformidade nas regras para venda de produtos isentos de prescrição. A eficiência da operação de varejo Drogasil, destaca-se quando consideramos que no mesmo período, o crescimento em vendas brutas foi de 16,8% e do ticket médio de 6,6%. Em 2010, contribuiu para este quadro, expansão de margem bruta e de outras receitas operacionais, contribuindo para crescimento de 0,3% na margem EBITDA comparativamente a receita bruta de vendas.



¹ EBITDA=O EBITDA é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, consistindo no Lucro Líquido adicionado do Resultado Financeiro Líquido, da Depreciação e Amortização, do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A margem EBITDA representa o EBITDA dividido pela Receita Bruta de Vendas.

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA (R\$ mil)	2.009	2.010
Lucro Líquido	74.590	89.015
Despesas (Receitas) financeiras líquidas	(8.415)	(8.600)
IRPJ e CSLL	30.630	31.814
EBIT	96.805	112.229
Depreciações e amortizações	21.770	31.292
EBITDA	118.575	143.521
MARGEM EBITDA (% SOBRE RECEITA BRUTA)	6,6%	6,9%

Investimentos

Os investimentos em ativos imobilizados e intangíveis em 2010 totalizaram R\$ 101.577, estando grande parte do montante relacionado à abertura de novas lojas, além de reformas e modernizações de instalações, atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão.

Destinação dos Resultados

Atendendo às previsões legais e estatutárias, estamos propondo a seguinte destinação do saldo positivo em lucros acumulados no montante de R\$ 89.278:

• Reserva Legal	R\$ 4.451
• Reserva Estatutária	R\$ 55.914
• Juros s/capital próprio (R\$ 0,141091073 por ação)	R\$ 25.550
• Dividendo (R\$ 0,017913392 por ação)	R\$ 3.363

* Calculado com base na posição acionária de 14 de janeiro de 2011. Sujeito à alterações caso haja mudanças nas quantidades de ações em tesouraria.
A proposta inclui também a imputação dos juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF, ao dividendo obrigatório.

Instrução CVM Nº 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o exercício 2010, não houve contratação de outros serviços da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, da validade, da eficácia, da interpretação, da violação e de seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Considerações Finais

Por fim, agradecemos a todos os nossos acionistas, clientes e fornecedores, pelo apoio e confiança, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho apresentados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2011.

A Administração



DROGASIL
www.drogasil.com.br

Drogasil S.A. 61.585.865/0001-51



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais							
Ativo	2010	2009 (reapresentado)	1º de Jan de 2009 (reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	2010	2009 (reapresentado)	1º de Jan de 2009 (reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 06)	180.846	127.692	125.204	Fornecedores	192.722	196.047	133.331
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	15.319	14.509		Financiamentos (Nota 11)	20.355	17.077	12.246
Contas a receber (Nota 07)	114.294	101.256	74.258	Salários e encargos sociais	28.275	31.500	22.675
Estoques (Nota 08)	295.958	260.936	218.120	Impostos, taxas e contribuições	14.243	14.613	7.855
Impostos a recuperar (Nota 09)	39.656	32.352	30.528	Dividendo e juros sobre o capital próprio	11.914	18.045	11.572
Demais contas a receber	16.723	11.134	6.969	Provisão para demandas judiciais (Nota 12)	1.264	111	227
Despesas do exercício seguinte	3.652	2.207	1.725	Demais contas a pagar	18.881	14.603	12.733
	666.448	550.086	456.804		287.654	291.996	200.639
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais (Nota 12)	1.912	1.771	1.381	Financiamentos (Nota 11)	28.237	20.243	28.228
Impostos a recuperar (Nota 09)	27.204	17.231	2.127	Provisão para demandas judiciais (Nota 12)	1.066	1.316	834
Depósitos compulsórios e incentivos fiscais	5	6	19	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)	3.949	2.956	1.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)	5.577	6.313	4.771	Outras obrigações	2.762	2.839	2.932
Outros créditos	662	604	661		36.014	27.354	33.957
Imobilizado (Nota 10)	154.281	115.912	99.119	Total do passivo	323.668	319.350	234.596
Intangível (Nota 10)	66.196	39.031	30.587	Patrimônio líquido (Nota 15)			
	255.837	180.868	138.665	Capital social	285.400	285.400	285.400
Total do ativo	922.285	730.954	595.469	Reservas de capital	100.889	14.637	15.869
				Reserva de reavaliação	19.523	19.725	19.927
				Reservas de lucros	191.869	131.504	81.070
				Ações em tesouraria	(3.302)	(43.651)	(46.953)
				Dividendo adicional proposto	4.238	3.989	5.560
				Total do patrimônio líquido	598.617	411.604	360.873
				Total do passivo e patrimônio líquido	922.285	730.954	595.469

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido												
	Reservas de capital				Outras	Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Dividendo adicional proposto	Total
	Capital social	Correção monetária especial	Prêmio de opção de ações	Ágio na emissão/alienação de ações		Reserva de Reavaliação	Legal	Estatutária	Lucros acumulados			
Em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	285.400	10.191	5.352		326	19.927	6.193	74.877		(46.953)	5.560	360.873
Dividendo referente ao exercício de 2008 aprovado na AGO de 13 de abril de 2009											(5.560)	(5.560)
Realização de reserva de reavaliação, líquida de imposto de renda e da contribuição social						(202)			202			
Juros sobre o capital próprio prescrito									31			31
Plano de opção de ações - apropriação (Nota 16)			1.276									1.276
Plano de opção de ações - exercida (Nota 16)			(3.438)	930						3.302		794
Lucro líquido do exercício									74.590			74.590
Destinação do resultado												
Reserva legal						3.731			(3.731)			
Reserva estatutária								46.703	(46.703)			
Juros sobre o capital próprio propostos - R\$ 0,115147180 por ação (Nota 15)									(20.400)			(20.400)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto									(72)		72	
Dividendo adicional proposto									(3.917)		3.917	
Em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	285.400	10.191	3.190	930	326	19.725	9.924	121.580		(43.651)	3.989	411.604
Dividendo referente ao exercício de 2009 aprovado na AGO de 05 de abril de 2010											(3.989)	(3.989)
Realização de reserva de reavaliação, líquida de imposto de renda e da contribuição social						(202)			202			
Juros sobre o capital próprio prescrito									61			61
Plano de opção de ações - apropriação (Nota 16)			829									829
Plano de opção de ações - exercida (Nota 16)			(1.118)	305						1.075		262
Ágio na alienação de ações mantidas em tesouraria				86.236						39.274		125.510
Lucro líquido do exercício									89.015			89.015
Destinação do resultado												
Reserva legal						4.451			(4.451)			
Reserva estatutária								55.914	(55.914)			
Juros sobre o capital próprio propostos - R\$ 0,141091073 por ação (Nota 15)									(24.675)			(24.675)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto									(875)		875	
Dividendo adicional proposto									(3.363)		3.363	
Em 31 de dezembro de 2010	285.400	10.191	2.901	87.471	326	19.523	14.375	177.494		(3.302)	4.238	598.617

Demonstrações do Resultado		
	2010	2009 (reapresentado)
Receita líquida de vendas (Nota 17)	2.005.216	1.720.548
Custo das mercadorias vendidas	(1.526.818)	(1.321.698)
Lucro bruto	478.398	398.850
(Despesas) receitas operacionais		
Com vendas	(317.663)	(251.094)
Remuneração da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal	(7.626)	(16.181)
Gerais e administrativas	(51.694)	(40.053)
Depreciações e amortizações	(31.292)	(21.770)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 18)	42.106	27.053
	(366.169)	(302.045)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	112.229	96.805
Resultado financeiro		
Receitas financeiras (Nota 19)	14.115	13.274
Despesas financeiras (Nota 19)	(5.515)	(4.859)
	8.600	8.415
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	120.829	105.220
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)		
Corrente	(29.981)	(31.077)
Diferido	(1.833)	447
	(31.814)	(30.630)
Lucro líquido do exercício	89.015	74.590
Lucro por ação - básico (Nota 14)	0,49533	0,42006
Lucro por ação - diluído (Nota 14)	0,49318	0,41761

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	2010	2009 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	120.829	105.220
Ajustes		
Depreciações e amortizações	31.292	21.770
Plano de opção de ações	829	1.276
Resultado na venda ou baixa do imobilizado e intangível	58	133
Provisão para demandas judiciais	1.092	616
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(51)	(204)
Despesas de juros	4.380	3.809
	158.429	132.620
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	(810)	(14.509)
Contas a receber	(18.521)	(30.954)
Estoques	(35.022)	(42.816)
Outros ativos circulantes	(6.784)	(770)
Ativos não realizável a longo prazo	(10.171)	(15.424)
Fornecedores	(3.325)	63.216
Salários e encargos sociais	(3.225)	8.825
Impostos, taxas e contribuições	(4.090)	(7.536)
Outras obrigações	7.025	913
Aluguéis a pagar	735	615
Caixa proveniente das operações	84.241	94.180
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.795)	(20.271)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.446	73.909
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	(101.577)	(49.531)
Recebimentos por vendas de imobilizados	871	1.100
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(100.706)	(48.431)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos tomados	28.543	8.719
Pagamentos de financiamentos	(20.385)	(14.363)
Juros pagos	(1.265)	(1.319)
Recebimento de exercício do plano de opção de ação	262	794
Recebimento da alienação de ações mantidas em tesouraria	125.510	
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(31.251)	(16.821)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	101.414	(22.990)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	53.154	2.488
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	127.692	125.204
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	180.846	127.692

Demonstrações do Valor Adicionado		
	2010	2009 (reapresentado)
Receitas		
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	2.077.902	1.777.294
Outras receitas	484	627
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	51	204
	2.078.437	1.778.125
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.408.691)	(1.215.343)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.057)	(30.911)
Perda de valores ativos	(609)	(786)
	(1.442.357)	(1.247.040)
Valor adicionado bruto	636.080	531.085
Depreciação e amortização	(31.292)	(21.770)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	604.788	509.315
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	14.115	13.274
	14.115	13.274
Valor adicionado total a distribuir	618.903	522.589
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	180.645	154.557
Remuneração direta	143.325	123.251
Benefícios	25.602	22.037
Fundo de garantia por tempo de serviço	11.718	9.269
Impostos, taxas e contribuições	265.671	225.342
Federais	93.484	77.994
Estaduais	169.643	145.338
Municipais	2.544	2.010
Remuneração de capitais de terceiros	83.572	68.100
Juros e variações cambiais	32.271	26.810
Aluguéis	51.301	41.290
Remuneração de capitais próprios	89.015	74.590
Juros sobre capital próprio	24.675	20.400
Dividendo e juros sobre capital próprio adicional proposto	4.238	3.989
Lucros retidos do exercício	60.102	50.201
Valor adicionado distribuído	618.903	522.589

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

1 Contexto operacional
A Drogasil S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no seguimento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo e tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos, totalizando aproximadamente 13.250 itens e adquiridos de mais de 290 fornecedores. As vendas são realizadas por meio de 338 lojas (posição em 31 de dezembro de 2010), distribuídas pelos Estados de São Paulo (209 lojas), Minas Gerais (27 lojas), Goiás (31 lojas), Espírito Santo (13 lojas), Rio de Janeiro (06 lojas) e no Distrito Federal (52 lojas).

2 Apresentação das demonstrações financeiras
Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, as presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2011.
As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais "R\$", que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e para a data de transição de 1º de janeiro de 2009 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem os demonstrativos financeiros comparativos de 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009. O IFRS 1 (CPC 37) ("First-time adoption of International Reporting Standards" – Primeira adoção dos Padrões

Internacionais de Contabilidade) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e relativas interpretações do IASB em vigor na data de publicação de sua primeira demonstração financeira em IFRS (ou seja, 31 de dezembro de 2010). O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.
A Nota 04 "Adoção Inicial das IFRS", detalha os principais efeitos da adoção inicial do IFRS no balanço patrimonial da Companhia em 1º de janeiro de 2009 e as principais diferenças em relação à Legislação Societária Brasileira (Lei nº 6.404/76 e 11.638/07) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 2010, para possibilitar a convergência das práticas contábeis previamente aplicadas para o IFRS.
As demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. Portanto, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas.
A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.
3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2011.
A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e prevê que sua adoção não provoque um impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:
A IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo

financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.
Esta norma passa a vigorar para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
Em maio de 2010 o IASB emitiu melhorias para as normas e emendas da IFRS que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderão impactar a Companhia:
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras.
Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.
4 Adoção inicial das IFRS
(a) Aplicação do IFRS 1
As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com o IFRS. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o IFRS 1, como descrito na Nota 02. Anteriormente, as demonstrações financeiras eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP), vigentes até 31 de dezembro de 2009. A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição de 1º de janeiro de 2009. A data-base destas demonstrações financeiras é 31 de dezembro de 2010.
Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com o IFRS 1, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e as seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

Como parte das isenções de transição para as IFRS, a Companhia optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição. Desta forma, com relação às aquisições ocorridas antes de 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o montante previamente reconhecido nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes no momento da aquisição. A Companhia não realizou combinações de negócios após 1º de janeiro de 2009.

Adicionalmente, a Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional; (iii) a Companhia efetua revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre a adoção inicial das IFRS, no quadro comparativo, a Companhia está apresentando para esse exercício e exercício anterior para fins de comparação, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido da Companhia, referentes às alterações introduzidas pela adoção inicial das IFRS.

Descrição do impacto	2009	1º de Jan de 2009	(reapresentado)	(reapresentado)
Patrimônio líquido antes das alterações	594.379	407.615	355.313	
Dividendo adicional proposto (i)	4.238	3.989	5.560	
Patrimônio líquido com a aplicação integral	598.617	411.604	360.873	

(i) Em atendimento a Deliberação CVM 601/2009, a parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório foi reclassificada da rubrica de "Dividendos a pagar" para a rubrica "Dividendo adicional proposto" do Patrimônio líquido.

Em atendimento a deliberação CVM 595/2009, a Companhia reclassificou imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 6.313, em 31 de dezembro de 2009, do circulante para o não circulante.

O resultado da Companhia não foi impactado pela adoção inicial das IFRS.

A Companhia optou pela faculdade prevista na deliberação CVM nº 656/2011, Art. 2º, a qual exige a inclusão de uma nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos trimestrais e concluiu que não existem impactos em seu resultado, somente no patrimônio líquido do 1º trimestre de 2010 conforme apresentamos abaixo:

Descrição do impacto	31/03/2010	31/12/2009	(reapresentado)	(reapresentado)
Patrimônio líquido antes das alterações	418.658	407.615		
Dividendo adicional proposto (i)	3.989	3.989		
Patrimônio líquido com a aplicação integral	422.647	411.604		

(i) Em atendimento a Deliberação CVM 601/2009, a parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório foi reclassificada da rubrica de "Dividendos a pagar" para a rubrica "Dividendo adicional proposto" do Patrimônio líquido.

5 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com prazos de vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados no custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem o contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(4) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sem observáveis, direta ou indiretamente
Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(c) Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos, as despesas de venda e a provisão para perdas de mercadorias.

(e) Impostos

O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(f) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. A atualização monetária dos depósitos judiciais é calculada e registrada quando material.

(g) Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(h) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio determinado na aquisição do investimento na Drograria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009 o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Fundo de comércio

Fundo de comércio compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 10, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação, inferiores a dez anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

Licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 10. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 10. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(i) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(j) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. A Companhia não possui contratos de arrendamento classificados como financeiros.

(k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis.

(l) Benefícios a funcionários

São reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais, os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curso prazo. A Companhia não possui planos de benefícios Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e/ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

(m) Plano de opção de compra de ações

A Companhia implantou plano de opção de compra de ação que pode ser outorgado a seus administradores e empregados em nível gerencial. O plano tem por objetivo: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais; (ii) alinhar os interesses dos acionistas aos de administradores e empregados em nível gerencial e (iii) possibilitar a Companhia manter a ela vinculados administradores e empregados em nível gerencial.

O valor justo das opções de compra de ações foi calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de avaliação Binomial Americano, conforme descrito na Nota 16.

A despesa é registrada na rubrica "Remuneração da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga e finaliza na data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

As opções do plano da Companhia só podem ser liquidadas em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

(n) Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(o) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e está prevista estatutariamente com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

(p) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(q) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta "Despesas financeiras" tendo como contrapartida a conta "Lucros acumulados".

(r) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado por conta da compra, venda ou cancelamento destes instrumentos. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

(s) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

(t) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

(u) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(v) Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Plano de opção de compra de ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. A Companhia considera como mais adequado ao seu plano o modelo de avaliação Binomial Americano. As premissas utilizadas no modelo de avaliação estão divulgadas na Nota 16.

(2) Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(3) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(4) Redução ao valor recuperável (impairment)

As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 10.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2010	(reapresentado)	2009	1º de Jan de 2009	(reapresentado)
Caixa e bancos	12.115	14.296	19.776		
Certificado de depósitos bancários	144.771	44.683	7.172		
Fundo de investimento		68.713	98.256		
Depósito a prazo com garantia especial	23.960				
	180.846	127.692	125.204		

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário, Fundo de Investimento e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial estão classificadas como "mantido para negociação" e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

7 Contas a receber

	2010	(reapresentado)	2009	1º de Jan de 2009	(reapresentado)
Contas a receber					
A Vencer	112.725	100.134	72.022		
Vencidas					
Entre 1 e 30 dias	1.486	1.147	2.142		
Entre 31 e 60 dias	83	28	140		
Entre 61 e 90 dias	49	70	147		
Entre 91 e 180 dias	187	190	342		
Entre 181 e 360 dias	30	27	32		
A mais de 360 dias	228	204	182		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(494)	(544)	(749)		
	114.294	101.256	74.258		

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2010	(reapresentado)	2009	1º de Jan de 2009	(reapresentado)
Saldo inicial	(544)	(749)	(476)		
Adições	(6.154)	(10.211)	(7.150)		
Baixas	6.204	10.416	6.877		
Saldo final	(494)	(544)	(749)		

8 Estoques

	2010	(reapresentado)	2009	1º de Jan de 2009	(reapresentado)
Mercadorias de revenda	294.681	260.024	217.730		
Materiais	2.474	2.102	1.369		
Provisão para perdas com mercadorias	(1.197)	(1.190)	(979)		
Total dos estoques ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor	295.958	260.936	218.120		

A movimentação da provisão para perdas com mercadorias está demonstrada a seguir:

	2010	(reapresentado)	2009	1º de Jan de 2009	(reapresentado)
Saldo inicial	(1.190)	(979)	(403)		
Adições	(1.225)	(913)	(1.081)		
Baixas - reversão de provisão	1.218	702	505		
Saldo final	(1.197)	(1.190)	(979)		

O valor das baixas de estoques reconhecidas como perdas totalizou R\$ 12.495 (2009 R\$ 10.652), reconhecido em custo de vendas.

9 Impostos a recuperar

	2010	(reapresentado)	2009	1º de Jan de 2009	(reapresentado)
Circulante					
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	36.435	17.597	8.264		
ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT 17/99)	1.173	13.101	12.338		
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	1.800	1.264	772		
ICMS - Outros	147	278	434		
PIS - Programa de integração social			1.536		
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			7.085		
IRRF - Imposto de renda ret					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

10 Imobilizado e Intangível

(a) Imobilizado							Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernização de lojas	Total
	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Veículos			
Custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	22.551	28.558	24.425	15.053	4.688	5.475	43.750	5.396	149.896
Adições		2	14.448	2.436	1.762	3.005	12.652	2.111	36.416
Alienações			(1.656)	(1.178)	(227)	(1.537)	(2.439)	(1.188)	(8.225)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	22.551	28.560	37.217	16.311	6.223	6.943	53.963	6.319	178.087
Adições	2.086	615	16.956	4.224	2.404	3.248	29.894	4.223	63.650
Alienações			(2.290)	(806)	(58)	(1.450)	(5.271)	(140)	(10.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	24.637	29.175	51.883	19.729	8.569	8.741	78.586	10.402	231.722
Depreciação acumulada									
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,6	10	21,3	10	24,3	20,7	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)		(12.063)	(10.741)	(8.816)	(1.761)	(2.319)	(12.924)	(2.153)	(50.777)
Adições		(742)	(3.588)	(2.156)	(435)	(1.419)	(8.599)	(928)	(17.867)
Alienações			675	1.129	214	1.067	2.196	1.188	6.469
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)		(12.805)	(13.654)	(9.843)	(1.982)	(2.671)	(19.327)	(1.893)	(62.175)
Adições		(741)	(3.874)	(2.782)	(553)	(1.819)	(12.902)	(1.709)	(24.380)
Alienações			2.142	734	37	1.058	5.023	120	9.114
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(13.546)	(15.386)	(11.891)	(2.498)	(3.432)	(27.206)	(3.482)	(77.441)
Saldo líquido									
Em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	22.551	16.495	13.684	6.237	2.927	3.156	30.826	3.243	99.119
Em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	22.551	15.755	23.563	6.468	4.241	4.272	34.636	4.426	115.912
Em 31 de dezembro de 2010	24.637	15.629	36.497	7.838	6.071	5.309	51.380	6.920	154.281

(b) Intangível					Gastos de implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa	Total
	Fundo de comércio	Licenças de uso de software					
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	18.528	5.921		2.599		22.575	49.623
Adições	12.934	188					13.122
Alienações	(615)					(300)	(915)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	30.847	6.109		2.599		22.275	61.830
Adições	36.976	950					37.926
Alienações	(10.265)						(10.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	57.558	7.059		2.599		22.275	89.491
Depreciação acumulada							
Taxas anuais médias de amortização (%)	21,0	20		20			
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	(8.815)	(5.239)		(2.563)		(2.419)	(19.036)
Adições	(3.672)	(202)		(36)			(3.910)
Alienações	115					32	147
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	(12.372)	(5.441)		(2.599)		(2.387)	(22.799)
Adições	(6.651)	(260)					(6.911)
Alienações	6.415						6.415
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(12.608)	(5.701)		(2.599)		(2.387)	(23.295)
Saldo líquido							
Em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	9.713	682		36		20.156	30.587
Em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	18.475	668				19.888	39.031
Em 31 de dezembro de 2010	44.950	1.358				19.888	66.196

(c) Ágio na aquisição de empresa

O ágio no montante de R\$ 19.888 em 31 de dezembro de 2010 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e será testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

(d) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2010 a recuperação do valor contábil do ágio adquirido por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem ao ágio. O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originou o ágio foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 9,90% (2009 - 10,13%). O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas; Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

Margens bruta

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques pré-existentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho da unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração da Companhia.

11 Financiamentos

	Taxa média anual de juros	Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:		
		2010	2009 (reapresentado)	1º de Jan 2009 (reapresentado)
Financiamento para aquisição de				
Taxa de juros de longo prazo				
Máquinas e equipamentos - (BNDES - FINAME)	TJLP + 3,40% a.a. (2009 - TJLP + 3,40% a.a.)	792	1.762	3.032
Empreendimentos - (BNDES - FINEM)	TJLP + 2,36% a.a. (2009 - TJLP + 2,56% a.a.)	33.375	28.164	37.442
Empreendimentos - (BNDES - FINEM)	IPCA + 7,44% a.a. + 2,30% a.a. (2009 - IPCA + 7,44% + 2,30% a.a.)	5.508	7.394	
Empreendimentos - (BNDES - FINEM)	IPCA + 7,32% a.a. + 2,38% a.a.	8.917		
		48.592	37.320	40.474
Passivo circulante		(20.355)	(17.077)	(12.246)
Passivo não circulante		28.237	20.243	28.228

	2010	2009 (reapresentado)	1º de Jan de 2009 (reapresentado)
2010			14.300
2011		11.946	9.811
2012	13.342	5.472	3.204
2013	10.836	2.825	913
2014	4.059		
	28.237	20.243	28.228

Para os financiamentos com o BNDES, nas operações de FINAME foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM, tiveram como garantia fiança bancária.

(a) Obrigações da Companhia ("Covenants")

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES (R\$ 28.245) condicionados ao cumprimento de dois Covenants:
- Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%.
- Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.
Em 31 de dezembro de 2010 não houve descumprimento às referidas exigências. Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento desse contrato.

12 Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a demandas judiciais:

	Provisões para demandas judiciais - líquidas dos depósitos judiciais correspondentes					
	Depósitos judiciais			Provisões para demandas judiciais correspondentes		
	2010	2009 (reapresentado)	1º de Jan de 2009 (reapresentado)	2010	2009 (reapresentado)	1º de Jan de 2009 (reapresentado)
Demandas Judiciais tributárias	1.695	1.503	1.109			
Demandas Judiciais trabalhistas e previdenciárias	217	268	264	2.330	1.427	1.061
Reclamações cíveis			8			
	1.912	1.771	1.381	2.330	1.427	1.061
Passivo circulante				(1.264)	(111)	(227)
Passivo não circulante				1.066	1.316	834

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	2010	2009 (reapresentado)	1º de Jan de 2009 (reapresentado)
Saldo inicial	1.427	1.061	985
Adições	1.153	974	633
Baixas por pagamentos	(864)	(458)	(295)
Reavaliação dos valores	(177)	(278)	(341)
Atualizações monetárias	980	378	195
Depósitos para defesas e recursos judiciais	(189)	(250)	(116)
Saldo final	2.330	1.427	1.061

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas.

A provisão para demandas judiciais, levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perda, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 20) ou depósitos em juízo.

Perdas possíveis

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 8.545.

13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo no montante de R\$ 5.577 (2009 - R\$ 6.313) são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista para o próximo exercício.

A provisão registrada no não circulante no valor de R\$ 3.949 (2009 - R\$ 2.956) está representada pelo encargo tributário incidente sobre o saldo remanescente da reserva de reavaliação.

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

	2010	2009 (reapresentado)
O imposto de renda e contribuição social efetivos em 31 de dezembro referem-se a:		
Lucro do exercício antes da contribuição social e do imposto de renda	120.829	105.220
Juros sobre o capital próprio	(25.550)	(20.472)
Lucro tributável	95.279	84.748
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34
Despesa teórica	(32.395)	(28.814)
Adições permanentes	(887)	(3.131)
Redução do imposto por incentivos	1.448	1.315
Outros	20	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(31.814)	(30.630)
Alíquota Efetiva	26,3%	29,1%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro referem-se a:

	Balço patrimonial		Resultado	
	2010	2009 (reapresentado)	2010	2009 (reapresentado)
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(1.755)	(1.859)	(1.963)	
Amortização do ágio s/rentabilidade futura	(2.194)	(1.097)		(1.097)
Provisão p/ demandas judiciais	1.184	811	602	373
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	167	185	254	(69)
Provisão p/ gratificações por liberalidade	992	1.338	1.150	(346)
Provisão p/ gratificações diretoria	641	1.341	515	(700)
Provisão p/ campanhas internas	204	660	(456)	660
Provisão p/ obsolescência no estoque	407	405	333	2
Provisão p/ programa de participação resultados	986	748	612	238
Ágio s/rentabilidade Drogaria Vison	366	366	275	91
Obrigações provisionadas diversas	630	459	1.029	171
Despesa (receita) de imposto de renda diferido			(1.833)	446
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	1.628	3.357	2.807	
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:				
Ativo fiscal diferido	5.577	6.313	4.770	
Passivo fiscal diferido	(3.949)	(2.956)	(1.963)	
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	1.628	3.357	2.807	
Reconciliação do ativo fiscal diferido, líquido	2010	2009 (reapresentado)		
Saldo em 1º de janeiro	3.357	2.807		
Receita (despesa) tributável reconhecida no resultado	(1.833)	446		
Imposto (despesa) reconhecido no patrimônio líquido	104	104		
Saldo em 31 de dezembro	1.628	3.357		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

14 Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2010	2009
	(reapresentado)	(reapresentado)
Básico		
Lucro líquido do exercício	89.015	74.590
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	179.708	177.572
Lucro por ação - básico	0,49533	0,42006
Diluído		
Lucro líquido do exercício	89.015	74.590
Média ponderada do número de ações ordinárias	179.708	177.572
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opção de ações	783	1.038
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição (*)	180.491	178.610
Lucro por ação - diluído	0,49318	0,41761

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações em tesouraria durante o exercício e do desdobramento à proporção de 1:3 das ações, ocorrido em 17 de dezembro de 2010.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 285.400, estava representado por 188.320.020 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	2010	2009	1º de Jan de 2009
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	89.015	74.590	51.173
Ajustes de exercícios anteriores			
- plano de opção de ações			(3.383)
Reserva legal	(4.451)	(3.731)	(2.389)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	202	202	202
Base de cálculo do dividendo (a)	84.766	71.061	45.603
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	21.192	17.765	11.401
Dividendo proposto	3.363	3.917	
Juros sobre o capital próprio proposto	25.550	20.472	19.422
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(3.483)	(2.635)	(2.461)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	25.430	21.754	16.961
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	4.238	3.989	5.560
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b + a)	30,00	30,61	37,19

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 25.550 (2009 - R\$ 20.472), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP no exercício de 2010 e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	2010	2009	1º de Jan de 2009
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Saldo inicial	18.045	11.572	3.821
Adições	25.180	23.326	16.768
Baixas	(31.311)	(16.853)	(9.017)
Saldo final	11.914	18.045	11.572

(c) Ações em tesouraria

	Quantidade	2009	1º de Jan de 2009
	(em unidades)	(reapresentado)	(reapresentado)
Posição em 1º de janeiro de 2008	6.580		
Recupera de ações período de janeiro a outubro de 2008	3.706.696		
Posição em 31 de dezembro de 2008	3.713.276		
Venda de ações exercício do plano de opção de ações em junho de 2009	(261.124)		
Posição em 31 de dezembro de 2009	3.452.152		
Venda de ações exercício do plano de opção de ações em março de 2010	(85.016)		
Alienação de ações mantidas em tesouraria em outubro de 2010	(3.106.012)		
Desdobramento das ações	522.248		
Posição em 31 de dezembro de 2010	783.372		

A Assembleia Geral Extraordinária em 17 de dezembro de 2010 aprovou o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia, sem alteração deste, à proporção de 1:3, sendo que cada ação ordinária da Companhia passa a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente nesta data.

16 Plano de opção de compra de ações

Em 28 de junho de 2007, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Opção de Compra de Ações (o "Plano") da Companhia, com prazo de vigência de cinco anos, a ser oferecido a todos os administradores e funcionários em posição de comando da Companhia. Os principais aspectos do plano estão apresentados a seguir:

(i) As opções de compra de ações outorgadas confere direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 3% das ações do capital social da Companhia existentes no período.
(ii) O preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou por um comitê, respeitado o preço mínimo equivalente a 80% do valor médio das ações da mesma espécie da Companhia, nos últimos 60 pregões da BOVESPA imediatamente anteriores à data de outorga da opção, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - IGP.

(iii) Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente (i) ao valor de patrimônio líquido das ações da Companhia conforme o balanço patrimonial de 31 de março de 2007, quando os beneficiários forem os Diretores da Companhia, e (ii) a 80% do preço de lançamento de ações da Companhia, quando da realização da oferta pública de ações da Companhia, cujo pedido de registro foi protocolado na CVM em 10 de maio de 2007, quando os beneficiários forem os demais administradores ou empregados em nível gerencial da Companhia.

(iv) Durante a vigência do plano, o Conselho de Administração determinará, periodicamente, (i) os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações nos termos do plano, (ii) o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, (iii) o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, (iv) os prazos e condições de exercício de cada opção e (v) quaisquer outras condições relativas a tais opções.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra, manterão todos os direitos pertencentes à sua espécie, ressalvada eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração. Entretanto, nenhum beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios do acionista até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do plano e do respectivo contrato de opção.

Nessa mesma Assembleia, o Conselho de Administração deliberou a primeira outorga de 607.264 ações para os Diretores da Companhia com preço fixo de exercício de R\$ 2,63 por ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M. O preço do exercício será pago em dinheiro e no prazo de cinco dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do beneficiário. Essas opções poderão ser exercidas se observados os prazos e condições da outorga e expirar após 60 meses da data da outorga.

Em 1º de junho de 2009, os Diretores da Companhia, exerceram a opção de compra de 261.124 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2007 e 2008. O exercício da opção de compra das ações resultou em um ágio no valor de R\$ 930, apurado entre o valor das ações em tesouraria entregues aos Diretores, no valor de R\$ 3.302, e o valor correspondente a aquisição das ações, de R\$ 4.232. O valor de aquisição dessas ações foi calculado com base no desembolso de caixa efetuado pelos Diretores, no valor R\$ 794, e a realização do correspondente prêmio de opção das 261.124 ações adquiridas, no valor de R\$ 3.438.

Em 1º de março de 2010, os Diretores da Companhia exerceram a opção de compra de 85.016 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2009. O exercício da opção de compra das ações resultou em um ágio no valor de R\$ 305, apurado entre o valor das ações em tesouraria entregues aos Diretores, no valor de R\$ 1.075, e o valor correspondente a aquisição das ações, de R\$ 1.380. O valor de aquisição dessas ações foi calculado com base no desembolso de caixa efetuado pelos Diretores, no valor R\$ 262, e a realização do correspondente prêmio de opção das 85.016 ações adquiridas, no valor de R\$ 1.118.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços de exercício estão apresentadas a seguir:

	2010	2009
	(reapresentado)	(reapresentado)
Em aberto no início do exercício (*)	1.038.420	1.821.792
Outorgadas durante o exercício	1,01	1,02
Perdidas durante o exercício		
Exercidas durante o exercício (*) (255.048)	1,04	(783.372)
Expiradas durante o exercício		
Em aberto no final do exercício (*)	783.372	1.038.420

(*) A quantidade de ações considera o efeito do desdobramento à proporção de 1:3 das ações, ocorrido em 17 de dezembro de 2010. O preço de exercício para as opções em aberto no final do exercício de 2010 é R\$ 1,12 (2009 - R\$ 1,01).

O percentual de diluição a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções é de aproximadamente 1%. O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante 2007, determinado pelo modelo de avaliação Binomial Americano, foi de R\$ 13,16 por opção. As premissas relevantes consideradas no modelo foram: (i) preço da ação na data da outorga de R\$ 15,30, (ii) preço de exercício de R\$ 2,63, (iii) dividendo esperado de 2,29%, (iv) volatilidade esperada de 89,43% com base na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, (v) data da outorga e data máxima para o exercício e (vi) taxa de juros anual sem risco em média de 6,69%, com base no cupom DI x IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado da BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros. A volatilidade foi mensurada pelo desvio padrão de retornos das ações, considerando uma análise estatística dos preços diários das ações durante o último ano da ata da outorga. No exercício de 2010, o total das despesas apropriadas ao resultado do exercício montou R\$ 829 (2009 - R\$ 1.276).

17 Receita líquida de venda

	2010	2009
	(reapresentado)	(reapresentado)
Receita bruta de vendas	2.089.002	1.787.773
Impostos incidentes sobre vendas	(72.786)	(56.829)
Devoluções	(11.000)	(10.396)
Receita líquida de vendas	2.005.216	1.720.548

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente e Contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

18 Outras receitas operacionais líquidas

(a) Outras receitas operacionais

	2010	2009
	(reapresentado)	(reapresentado)
Locações e sublocações	462	307
Verbas promocionais	9.060	8.366
Locação de espaço	18.316	8.744
Participação de terceiros em publicidade	12.681	7.669
Venda extra mercantil	2.756	2.584
Receitas eventuais	1.212	459
Impostos incidentes (pis/cofins)	(4.418)	(2.230)
Recuperação de despesas	7.323	4.755
Receitas com ativos não circulantes	871	1.100
Total das outras receitas operacionais	48.263	32.024

(b) Outras despesas operacionais

	2010	2009
	(reapresentado)	(reapresentado)
IPTU	(2.154)	(1.697)
Outros impostos	(406)	(202)
Taxas	(751)	(359)
Contribuições	(599)	(405)
Multas	(258)	(108)
Perdas	(993)	(875)
Despesas eventuais		(66)
Despesas com ativos não circulantes	(996)	(1.259)
Total das outras despesas operacionais	(6.157)	(4.971)
Outras receitas operacionais, líquidas	42.106	27.053

19 Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

	2010	2009
	(reapresentado)	(reapresentado)
Descontos obtidos	1.761	1.234
Aplicações financeiras	12.257	11.577
Juros recebidos	62	414
Variações monetárias ativas	31	45
Outras receitas financeiras	4	4
Total das receitas financeiras	14.115	13.274

(b) Despesas financeiras

	2010	2009
	(reapresentado)	(reapresentado)
Descontos concedidos a clientes		(3)
Juros, encargos e taxas bancárias	(824)	(645)
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(4.618)	(4.130)
Variações monetárias passivas	(73)	(81)
Total das despesas financeiras	(5.515)	(4.859)
Resultado financeiro	8.600	8.415

20 Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	2010	2009	1º de Jan de 2009
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Edificações	4.356	4.449	4.529
Outros	27	38	54
	4.383	4.487	4.583

21 Compromissos por contratos de locação de imóveis

A Companhia possui 340 contratos de locação de imóveis com prazos de vigência entre dois e dez anos, existindo a possibilidade de renovação. O gasto total mensal das locações é de aproximadamente R\$ 4.861 (2009 - R\$ 3.791), incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, de acordo com os arrendamentos mercantis canceláveis em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, são os seguintes:

	2010	2009	1º de Jan de 2009
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Dentro de um ano	41.072	30.319	22.687
Após um ano, mas menos de cinco anos	95.429	69.110	49.477
Mais de cinco anos	6.312	4.334	4.644
	142.813	103.763	76.808

22 Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

Os principais passivos financeiros da Companhia, referem-se a financiamentos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia também mantém investimentos mantidos para negociação e mantidos até o vencimento.

A Companhia está exposta a risco de mercado, basicamente relacionado ao risco da taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A alta Administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O Comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são os seguintes:

Aplicações financeiras
Representadas por operações em CDB, DPGE e Fundo de Investimento, são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

Financiamentos
Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado atualizadas até a data do balanço, conforme descrito na Nota 11. Os valores dos financiamentos são apresentados considerando os encargos e juros proporcionais ao período ("pro rata temporis").

(a) Riscos de mercado

Risco com taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. As operações junto ao BNDES, nas linhas de crédito FINAME e FINEM, são contratadas com base na TJLP que segue aproximadamente as oscilações do CDI. Parte das operações de FINEM são contratadas com base na IPCA acrescido de juros.

A Companhia tem como política não operar com derivativos e também não tem nenhum negócio em moeda estrangeira.

Ativos financeiros	Indexador	2010	2009
		(reapresentado)	(reapresentado)
CDB	CDI	144.771	113.396
DPGE	CDI	39.279	14.509
Total		184.050	127.905

Dívidas financeiras

FINEM	TJLP	33.375	28.164
FINEM	IPCA + JUROS	14.425	7.394
FINAME	TJLP	792	1.762
Total		48.592	37.320

Dado o cenário atual, montantes envolvidos e indexadores correlatos entre os ativos e passivos financeiros, a Companhia entende que os riscos não são relevantes.

Risco de crédito

A operação básica da Companhia é a venda de mercadorias a consumidores finais. A participação das vendas com recebimento à vista representou 54,9% do total, em 2010 (55,1% em 2009). As formas de recebimento à vista são, em ordem de relevância: dinheiro, cartão de débito e cheque.

As vendas com recebimento a prazo representaram 45,1% do total, em 2010 (44,9% em 2009). As formas de recebimento a prazo são, também em ordem de relevância: cartão de crédito, cheque pré-datado e convênios. Do total dos recebimentos a prazo, os cartões de crédito representam 88,0% em 2010 (85,6% em 2009) e as vendas a crédito, pulverizadas e com pequeno risco, representam 12,0% em 2010 (14,4% em 2009).

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, e a adoção de limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

Risco de liquidez

A Administração acompanha continuamente as necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com incidência de juros conforme Nota 06, escolhendo-se instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para garantir uma margem de segurança satisfatória.

O passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é representado basicamente por fornecedores, outros exigíveis e por financiamentos contratados junto ao BNDES, cuja expectativa de fluxos de caixa futuros encontra-se apresentada na Nota 11.

(c) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia tem como política não avançar sua estrutura de capital com empréstimos e financiamentos, exceção feita a linhas de longo prazo do BNDES (FINEM/FINAME), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade da empresa.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é negativo, e é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta da somatória dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstramos abaixo os índices, para os exercícios de 2010 e 2009:

	2010	2009	1º de Jan de 2009
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Financiamentos de curto e longo prazos	48.592	37.320	40.474
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(180.846)	(127.692)	(125.204)
Dívida líquida	(132.254)	(90.372)	(84.730)
Patrimônio líquido	598.617	411.604	360.873
Índice de alavancagem financeira	-22%	-22%	-23%

23 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com derivativos.